

ISSN 1127-8579

Pubblicato dal 15/12/2011

All'indirizzo <http://www.diritto.it/docs/32778-a-ilegalidade-das-pr-ticas-que-envolvem-maus-tratos-contr-a-animais-luz-do-artigo-32-da-lei-9-605-98>

Autori: Rafhaella Cardoso Langoni, Bruno César Braga dos Reis

A ilegalidade das práticas que envolvem maus-tratos contra animais à luz do artigo 32 da lei 9.605/98

**The illegality of the practices involving maltreatment against animals under
article 32 of law 9605/98**

“A ILEGALIDADE DAS PRÁTICAS QUE ENVOLVEM MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS À LUZ DO ARTIGO 32 DA LEI 9.605/98”

“THE ILLEGALITY OF THE PRACTICES INVOLVING MALTREATMENT AGAINST ANIMALS UNDER ARTICLE 32 OF LAW 9605/98”

Rafhaella Cardoso¹

Bruno César Braga dos Reis²

Resumo:

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, veda a crueldade contra animais. O artigo 32, da Lei 9.605/98, criminaliza a conduta de abusar e maltratar animais. Ocorre que, com a vigência dos dispositivos citados, práticas como rodeios e circos não mais encontram respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, devendo, portanto, serem proibidas definitivamente.

Palavras chave: maus-tratos; práticas ilegais; crime ambiental.

Abstract:

The 1988 Federal Constitution, in Article 225, paragraph 1, item VII, prohibits cruelty to animals. Article 32 of Law 9.605/98, criminalizes the conduct of abusing and mistreating animals. It happens that, with the enforcement of the provisions cited practices such as rodeos and circuses are no longer supported by the Brazilian legal system, and should therefore be banned permanently.

Keywords: abuse, illegal practices, environmental crime.

¹ Discente do Curso de Pós Graduação do Mestrado em Direito Público (CMDIP) pela Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis”(FADIR), da Universidade Federal de Uberlândia(UFU). Especialista em Ciências Penais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Docente da Graduação em Direito na Faculdade de Direito da UFU e no Centro Universitário do Triângulo(UNITRI). E-mail: rc114214@hotmail.com.

² Acadêmico do 10º período da graduação em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo – UNITRI, Uberlândia – MG. E-mail: bcb.ratm@ig.com.br.

Sumário: INTRODUÇÃO; 1 UMA NECESSÁRIA MUDANÇA DE PARADIGMA; 1.1 Na filosofia; 1.1.1 O pensamento de Kant; 1.1.2 As lições de Peter Singer; 1.1.3 O pensamento de Tom Regan; 1.2 No Direito Ambiental; 1.2.1 Do antropocentrismo ao biocentrismo; 1.2.2 O pioneirismo da Constituição do Equador; 1.3 Na consideração do animal como sujeito de direito; 1.3.1 Declaração universal dos direitos do animal; 2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS NO BRASIL ATÉ O ADVENTO DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS; 2.1 O início tardio da proteção jurídica aos animais no Brasil; 2.2 Retrocesso: descriminalização dos maus-tratos; 2.3 Avanço legislativo: a crueldade passa a ser vedada constitucionalmente e a prática de maus-tratos é criminalizada; 3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ARTIGO 32 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS; 3.1 Tipo penal de conteúdo misto; 3.2 Pena e ação penal; 3.3 Forma equiparada; 3.4 Elemento subjetivo; 3.5 Consumação e tentativa; 3.6 Sujeito ativo e passivo; 3.7 Bem jurídico tutelado; 4 PRÁTICAS ILEGAIS; 4.1 A farra do boi; 4.2 Rodeios: modalidades bulldog, montaria e laço; 4.3 Circos; 5 UM FAMIGERADO PROJETO DE LEI – PL 4.548/98; 6 O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO; CONCLUSÃO; REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO

A abordagem do trabalho gira em torno da realização de algumas práticas que, apesar de ocorrerem corriqueiramente, não mais encontram respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. Isso porque a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, e a Lei de Crimes ambientais, principalmente por intermédio de seu artigo 32, vieram a repudiar a crueldade cometida pelo homem contra os animais.

Na relação homem x animal, não existe bom senso, nem compaixão, o que existe é o atendimento dos interesses menores daqueles (alimentação, trabalho e diversão), em detrimento de interesses maiores destes últimos (vida, integridade física e psicológica e liberdade). Essa relação deriva de um pensamento antropocêntrico, que coloca o homem no centro do universo, subjugando todas as demais espécies não-humanas existentes. Tal visão é arcaica e covarde, devendo ser ultrapassada, por um motivo muito simples: os animais não

são coisas, são seres sensientes³, que experimentam sensações, se não idênticas, muito parecidas com as dos humanos, como alegria, tristeza, dor, medo, sofrimento etc.

A evolução histórica da legislação brasileira demonstra que a problemática da fauna vem ganhando importância. Até recentemente, a questão dos maus-tratos contra animais era tida como mera contravenção penal. Porém, no ano de 1988, o repúdio a atos de crueldade ganhou previsão expressa no diploma mais importante que um Estado Democrático pode possuir, a Constituição Federal. E, finalmente, em 1998, com a criação da Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), a conduta de abusar e de maltratar animais tornou-se crime.

Como será demonstrado neste trabalho, rodeios, circos, farra do boi, dentre outras práticas, constituem crime por, inegavelmente, resultarem em abusos e maus-tratos contra animais. Nesse contexto, é dever do Ministério Público, ao qual a Constituição Federal atribuiu a tutela do meio ambiente, intervir para que os malfeitores sejam punidos. Para tanto, o Parquet conta com um aparato jurídico garantido constitucionalmente, onde se destacam o inquérito civil, a ação civil pública e o termo de ajustamento de conduta.

Não se pode mais agir com indiferença, a miserável realidade enfrentada pelos animais precisa mudar. Não há justificativa para que uma subjugação tão desumana, que maltrata, mutila e mata, continue, pois está havendo flagrante desrespeito aos ditames penais e constitucionais vigentes.

O objetivo do presente artigo é o de trazer à tona o assunto em questão, a fim de conscientizar um número cada vez maior de juristas e de pessoas comuns, para que defendam a causa.

1 UMA NECESSÁRIA MUDANÇA DE PARADIGMA

Antes de se adentrar no âmbito jurídico concernente à legislação protetora dos animais, se faz importante entender como o homem compreende e se relaciona com os seres não humanos e com a natureza.

Será demonstrado que uma mudança de paradigma está ocorrendo no sentido de garantir maior proteção ao meio ambiente e, conseqüentemente, à fauna. A referida mudança diz respeito tanto ao campo filosófico, quanto ao jurídico.

³ Senciência é a capacidade de sofrer e de sentir prazer ou felicidade.

O objetivo, aqui, não é aprofundar o estudo nas questões que serão abordadas, mas sim de mostrar que uma mudança na forma de o homem se relacionar com os animais e com a natureza está ocorrendo.

1.1 Na filosofia

A filosofia deveria ocupar um lugar especial em nossas vidas, pois nos faz pensar no porque de as coisas serem como são. Mas, infelizmente, nos cursos de Direito, aqui no Brasil, a filosofia figura apenas como mera coadjuvante.

Alguns pensadores já externaram suas concepções em relação aos animais, tentando explicar a condição destes perante os seres humanos, dentre eles: Immanuel Kant, Peter Singer e Tom Regan.

Passa-se ao exame do pensamento de cada um.

1.1.1 O pensamento de Kant

Para introduzir o presente tema, vale citar Immanuel Kant (1724-1804): “Não temos deveres diretos com relação aos animais. Eles não possuem autoconsciência e existem meramente como meios para um fim. Esse fim é o homem”.⁴

Como se pode notar, a filosofia de Kant está pautada numa visão de cunho antropocêntrico, onde a racionalidade e os princípios éticos estariam relacionados à racionalidade humana. Assim, somente os seres racionais são “fins em si mesmos”, ou seja, somente estes possuem um valor intrínseco, independente, o que os confere o status de “agentes morais”.

A vida dos “agentes morais” deveria respeitar o “imperativo categórico”, que pode ser resumido na seguinte frase: “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”.⁵ Sendo assim, o “imperativo categórico” só se aplicaria aos “agentes morais”, tendo estes deveres diretos com relação aos demais seres humanos.

⁴ KANT apud LOURENÇO, Daniel Braga. **Direitos dos Animais: fundamentação e novas perspectivas**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2008. p. 313.

⁵ KANT apud LOURENÇO, Daniel Braga, op. cit. p. 314.

Considerados irracionais, restou aos animais a categoria de seres dotados de um “valor relativo”, não se constituindo “fins em si mesmos”. Essas criaturas serviriam apenas para a consecução de fins humanos.

O homem não teria “deveres diretos” em relação aos animais, mas, mesmo assim, não devia maltratá-los. Kant pensava assim, não porque estes últimos tivessem algum valor em si, mas sim porque, segundo ele, quem maltrata um animal também maltrata um ser humano. Por isso, a compaixão para com os animais decorreria de sentimentos humanitários que beneficiariam a própria humanidade, consistindo os deveres para com os animais somente em “deveres indiretos” para com a própria humanidade.⁶

1.1.2 As lições de Peter Singer

Segundo o filósofo Peter Singer: “o princípio ético no qual se baseia a igualdade humana exige que se estenda igual consideração também aos animais”.⁷

Peter Singer⁸ é referência mundial na defesa da causa animal. Em sua obra intitulada de *Libertação Animal*, faz uma interessantíssima comparação entre aos argumentos que justificaram o racismo e a discriminação de gênero e os argumentos que justificam a submissão dos animais, chegando a uma conclusão, no mínimo, intrigante.

Primeiro, ele procura explicar o porquê de a sociedade, hoje, considerar todos os indivíduos, sem distinção de raça, credo ou sexo, como sendo iguais. Defende que esse conceito de igualdade não decorre do fato de os indivíduos serem efetivamente iguais, porque não o são, por exemplo, as capacidades morais e intelectuais de cada um são diferentes, os sentimentos benevolentes e de sensibilidade com relação às necessidades dos outros são diferentes, as capacidades de experimentar prazer e dor são diferentes, uns são do sexo masculino, outros do sexo feminino, uns são negros, outros brancos etc. Enfim, se a igualdade entre indivíduos dependesse da igualdade efetiva, ela deveria deixar de ser exigida.

Dessa forma, chega à conclusão de que a igualdade não depende da inteligência, da capacidade moral, da força física ou de outros fatos similares, mas sim de uma idéia moral.

⁶ KANT apud LOURENÇO, Daniel Braga, op. cit. p. 316.

⁷ SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução Marly Winckler; revisão técnica Rita Paixão. São Paulo: Lugano Editora, 2004. p. 03.

⁸ Peter Singer nasceu na Austrália em 1946. Em 1971 começou sua carreira acadêmica em Oxford. Entre 1977 e 1992, foi professor na Monash University, em Melbourne, onde fundou e dirigiu o Centro de Bioética Humana. Desde 1999 é catedrático de bioética no Centro de Valores Humanos da universidade de Princeton. É autor de vários livros reconhecidos mundialmente, dentre eles *Ética Prática* e *Vida Ética*.

Por isso, a igualdade entre seres humanos se baseia, não numa suposta igualdade de fato, mas sim na prescrição de como devemos tratar os demais seres humanos.⁹

Partindo-se do princípio da igualdade, a forma com que tratamos os seres humanos se consubstancia no princípio da igual consideração de interesses, e essa consideração dos interesses alheios deve ser estendida a todos aqueles capazes de sofrer, pois, para se ter algum interesse, o pré-requisito necessário é a capacidade de sofrer e de sentir prazer. Ou seja, a capacidade de sofrer e de sentir prazer assegura que um ser possui interesses, no mínimo o interesse de não sofrer. Assim, de acordo com o princípio da igualdade, deve-se levar em conta os interesses de todo ser sensiente, independentemente do fato de serem negros ou brancos, do sexo masculino ou feminino, humanos ou não humanos.¹⁰

O que se pode extrair do pensamento de Peter Singer é que, os que são racistas, violam o princípio da igualdade por conferirem mais peso aos interesses de membros de sua raça quando há um conflito de seus interesses e os daqueles pertencentes a outras raças. Já os que sustentam a discriminação com base no gênero, ferem o princípio da igualdade por favorecerem os interesses de seu próprio sexo.

Como é um critério moral que estabelece a igualdade entre os seres humanos, conclui-se, por analogia, que os especistas¹¹ ferem o princípio da igualdade ao permitirem que os interesses de sua espécie preponderem àqueles maiores de membros de outras espécies.

A igualdade existente entre seres humanos é justa e independe de raça, sexo, religião, inteligência ou qualquer outro critério fático discriminatório. O critério de igualdade é de natureza moral e decorre de uma igual consideração de interesses. Se assim é, não existe argumento plausível que explique a exclusão dos animais da idéia de igualdade apenas por pertencerem a outra espécie.

Essa teoria coloca todos os seres humanos como sendo iguais, apesar de faticamente eles não o serem. Tanto um deficiente mental, quanto um indivíduo superdotado; tanto um branco, quanto um negro; tanto um homem, quanto uma mulher; são iguais e possuem os mesmos direitos, não se permitindo que uns se sobreponham aos outros.

Sendo assim, se o critério da igualdade é de natureza moral e independe de qualquer outra característica fática, o mesmo critério que não permite que os negros, por exemplo, sejam discriminados, não permite que os animais o sejam. Aqui, cabe uma

⁹ SINGER, Peter, op. cit. p. 06.

¹⁰ SINGER, Peter, op. cit. p. 07.

¹¹ Especismo é o termo utilizado por Peter Singer para denominar o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outra. SINGER, op. cit. p. 08.

conhecida máxima, segundo a qual: devemos tratar os desiguais na medida de suas desigualdades, para que, ao final, todos sejam realmente iguais.

1.1.3 O pensamento de Tom Regan

No entendimento do filósofo Tom Regan: “os animais não existem em função do homem, eles possuem uma existência e um valor próprios. Uma moral que não incorpore esta verdade é vazia. Um sistema jurídico que a exclua é cego”.¹²

Diferentemente do pensamento de Peter Singer, que defende apenas o bem estar dos animais (deveres do ponto de vista ético), Tom Regan¹³ defende o abolicionismo, que consiste na cessação de toda e qualquer forma de exploração que submeta os animais às necessidades humanas, incluindo-os na condição de sujeitos jurídicos (deveres do ponto de vista do Direito).

Parte do pressuposto de que os direitos humanos estão pautados em ditames morais e garantem a todos o direito à vida, à integridade física e à liberdade. Então, direitos humanos são direitos morais que garantem a todos os seres humanos o direito de não serem lesados uns pelos outros, na medida em que garante a igualdade entre todos, independentemente de quaisquer diferenças fáticas, como a raça ou o sexo, por exemplo. Tudo isso ligado a uma idéia de respeito mútuo.

Segundo o pensamento de Tom Regan, todos os seres humanos são iguais em aspectos relevantes, relacionados aos direitos que possuem, quais sejam, direito à vida, à integridade física e à liberdade. Chega à conclusão de que, se todos têm direitos, é porque são “sujeitos-de-uma-vida”, explicando da seguinte forma:

Não apenas estamos no mundo, como também todos somos conscientes do mundo e, ainda, conscientes do que acontece conosco. Além do mais, o que nos acontece – seja aos nossos corpos, à nossa liberdade ou às nossas vidas – importa para nós, porque faz diferença quanto à qualidade e à duração das nossas vidas, conforme experimentadas por nós, quer os outros se importem com isso, quer não. Quaisquer que sejam nossas diferenças, essas são nossas semelhanças fundamentais. Não existe uma palavra de uso comum que dê nome a essa família de semelhanças. “Ser humano” não serve (um ser humano morto é um ser humano, mas não tem consciência do

¹² REGAN, Ton apud LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004. p. 05.

¹³ Tom Regan é Professor Emérito de Filosofia da Universidade da Carolina do Norte, é reconhecido mundialmente como um dos maiores nomes da Bioética.

mundo, por exemplo). “Pessoa” também não serve (crianças nos primeiros anos de vida são conscientes do que lhes acontece, mas não são pessoas). Ainda assim, essas semelhanças são suficientemente importantes para autorizarem uma designação verbal própria. Eu uso a expressão “sujeito-de-uma-vida”. [...] Quais seres humanos são sujeitos-de-uma-vida? Bem, todos os aproximadamente seis bilhões de nós, independentemente de onde vivamos, da idade que tenhamos, de nossa raça, sexo, classe, crenças religiosas e políticas, nível de inteligência, e daí por diante, através do vasto inventário das nossas diferenças. [...] Do ponto de vista moral, cada um de nós é igual porque cada um de nós é igualmente “um alguém”, não uma coisa; o sujeito-de-uma-vida, não uma vida sem sujeito.¹⁴

Sendo assim, ser sujeito-de-uma-vida é critério para ser detentor de direitos morais, pois não há espaço para discriminação. Regan sustenta a tese de que, caso os animais também sejam sujeitos-de-uma-vida, e não uma vida sem sujeito, também deverão ter direitos.

Apresenta alguns argumentos para chegar à sua conclusão. Segundo ele, pelo próprio senso comum, pelo trato com os animais domésticos, pode-se perceber que são criaturas psicológicas complexas, que apresentam traços de independência, sentimentos, desejos, necessidades, memórias, frustrações etc. Além disso, animais e humanos apresentam comportamentos comuns em aspectos relevantes, como, por exemplo, a ânsia de liberdade quando estejam confinados e sofrendo.

Ainda, animais e humanos têm corpos comuns, ou seja, muitos animais compartilham dos mesmos sentidos presentes nos seres humanos (visão, audição, olfato etc); dos mesmos órgãos (coração, pulmões, rins etc); possuindo, também, sistemas comuns, ou seja, quando um dano lhes é causado ao corpo, a informação que é transmitida viaja para o cérebro por intermédio de transmissores nervosos, fazendo com que tomem consciência do dano.

Por fim, recorre aos estudos de Darwin, os quais constataram fortes evidências de que animais e humanos compartilham de um mesmo ancestral, cujos vestígios podem ser constatados pelas semelhanças anatômicas e sistêmicas, assim como na capacidade mental (Darwin acreditava que a mente dos animais difere da dos humanos apenas em grau, não em tipo. Acreditava, também, que mamíferos experimentam ansiedade, pesar, melancolia, desespero, ódio, desdém, culpa, surpresa, medo, timidez, dentre outras características parecidas com as dos seres humanos).

¹⁴ REGAN, Tom. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Tradução Regina Rheda; revisão técnica Sonia Felipe (UFSC) e Rita Paixão (UFF). Porto Alegre: Lugano, 2006. pp. 60-62.

Ressalta que, para os que não acreditam na teoria da evolução, nem por isso as principais conclusões de Darwin sobre a mente dos animais estariam arruinadas, tendo em vista que o próprio estudo da Bíblia, da Torah, do Corão, do Confucionismo, do Budismo, do Hinduísmo, por exemplo, permitem constatar que os animais são considerados como seres conscientes do mundo, conscientes do que lhes acontece e, certamente, isso importa para eles.¹⁵

Diante de tais constatações, Tom Regan chegou à conclusão de que muitos dos animais não-humanos são sujeitos-de-uma-vida e, por isso, a eles devem ser garantidos direitos fundamentais básicos.

1.2 No Direito Ambiental

O ser humano precisa mudar a forma de se relacionar com o ambiente em que vive, pois o está destruindo a passos largos. O modelo antropocêntrico se mostra fracassado. Nessa perspectiva, já se fala no biocentrismo como alternativa ao antropocentrismo.

1.2.1 Do antropocentrismo ao biocentrismo

O Direito Ambiental é regido pelo pensamento antropocêntrico. Paulo de Bessa Antunes afere que o direito ao ambiente é um direito humano fundamental que, aliado ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, determina que no centro da gravitação do Direito Ambiental se encontra o ser humano. Porém, reconhece que a concepção defendida por ele encontra acirrada oposição em parte significativa do pensamento contemporâneo, que tem buscado uma igualdade essencial entre todos os seres vivos, sendo que já se fala na construção de um chamado Direito dos Animais, nos países mais desenvolvidos.¹⁶

O mesmo autor assevera, ainda, que o caput do artigo 225 da Constituição Federal define o direito ao meio ambiente equilibrado como um direito de todos os indivíduos humanos. Mas alerta que há forte tendência teórica de incluir os animais irracionais como

¹⁵ REGAN, Tom, op. cit. pp. 66-70.

¹⁶ ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. pp.18-19.

sendo sujeitos de direito, devendo ser compreendidos no conceito de “todos” constante do citado artigo da Constituição.¹⁷

Luís Paulo Sirvinskaskas faz o mesmo alerta, aduzindo que vários autores, dentre eles, Antônio Herman V. Benjamin, Édís Milaré, José Renato Nalini, já concebem a flora, a fauna e a biodiversidade, também como sujeitos de direito.¹⁸

Essa nova perspectiva a que se referem os autores é denominada de Biocentrismo¹⁹, segundo a qual o homem não é mais, sozinho, o centro das preocupações ambientais. Segundo a corrente biocêntrica, o direito ambiental confere à natureza um valor em si, possuindo o ambiente uma importância jurídica própria. Aqui, os animais poderão ser tratados, não como bem ambiental, nem como objeto, mas sim como sujeitos de direito.

José Renato Nalini, desembargador da Câmara Especial do Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, considera que somente a ética pode resgatar a natureza, a qual se tornou refém da arrogância humana. Ela é a ferramenta para substituir o deformado antropocentrismo num saudável biocentrismo.

Segundo ele, a visão biocêntrica se funda sobre quatro alicerces, quais sejam: a convicção de que os humanos são membros da comunidade de vida da Terra da mesma forma e nos mesmos termos que qualquer outra coisa viva é membro de tal comunidade; a convicção de que a espécie humana, assim como todas as outras espécies, são elementos integrados em um sistema de interdependência e, assim sendo, a sobrevivência de cada coisa viva, bem como suas chances de viver bem ou não, são determinadas não somente pelas condições físicas de seu meio ambiente, mas também por suas relações com os outros seres vivos; a convicção de que todos os seres vivos são centros teleológicos de vida no sentido de que cada um é um indivíduo único, possuindo seus próprios bens em seu próprio caminho; a convicção de que o ser humano não é essencialmente superior às outras coisas vivas.²⁰

1.2.2 O pioneirismo da Constituição do Equador

¹⁷ ANTUNES, Paulo de Bessa, op. cit. p.17.

¹⁸ SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela Penal do Meio Ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 45.

¹⁹ **Biocentrismo: concepção segundo a qual todas as formas de vida são igualmente importantes, não sendo a humanidade o centro da existência**. Disponível em < <http://pt.WIKIPEDIA.org/WIKI/Biocentrismo> >. Acesso em out. 2011.

²⁰ NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. Campinas: Millennium, 2001. p.03.

A idéia de superar o antropocentrismo parece utópica, porém, ocorreu no Equador uma mudança significativa, decorrente da aprovação da Constituição Federal daquele país, em 2008.

Prescreve o artigo 71 da referida carta:

La naturaleza o Pacha Mama, donde se reproduce y realiza La vida, tiene derecho a que respete integralmente su existencia y el mantenimiento e regeneración de sus ciclos vitales, estructura, funciones y procesos evolutivos. Toda persona, comunidad, pueblo o nacionalidade podrá exigir a La autoridad pública el cumplimiento de los derechos de La naturaleza. El Estado incentivará a lãs personas naturales y jurídicas e a los colectivos, para que protejan La naturaleza, y promoverá el respeto a todos los elementos que forman un ecosistema.

Como se percebe, a natureza não é considerada como coisa ou recurso natural, mas sim como sujeito de direitos, onde a mesma possui o direito de que se respeite integralmente sua existência e manutenção.

Tal constituição inclui também como sujeitos de direitos os ciclos vitais (ou ecossistemas), preconizando o respeito a todos os seres vivos que formam um ecossistema. A interpretação sugere também a necessidade de proteção dos demais seres vivos, expresso pelo termo “respeto a todos los elementos que forman un ecosistema”.²¹

O objetivo, aqui, não é estudar a Constituição do Equador, mas sim de comprovar que as previsões de Paulo de Bessa Antunes e Luís Paulo Sirvinskaskas, citadas, estão ocorrendo.

1.3 Na consideração do animal como sujeito de direito

Apesar da proteção contra abusos e maus-tratos conferida pela Constituição Federal (artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII) e pela Lei de Crimes Ambientais (art.32), aos animais não são conferidos direitos subjetivos.

A doutrina majoritária não concebe que animais possam assumir a condição de sujeitos de direito, conforme podemos extrair da obra *A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo*, de Hugo Nigro Mazzilli, quando fala da tutela da fauna. Segundo este autor,

²¹ PACHECO, Cristiano de Souza Lima. **A Constituição do Equador e o direito dos animais em um mundo em transformação**. Artigo disponível em: < <http://www.ija.org.br/uploaded/imprensa/1315493694.pdf> >. Acesso em out. 2011.

considerados em si mesmos, os animais, plantas e coisas inanimadas não são sujeitos de direitos ou deveres, pois não são suscetíveis a noções de ética ou de valor moral. Argumenta que, se existem obrigações dos homens em relação à preservação de animais e plantas, e até em relação aos seres inanimados, não é porque estes tenham direitos, mas porque os homens, sim, têm noção de valoração ética, e, estes sim, individual ou coletivamente considerados, têm direitos e deveres, inclusive no que diz respeito às demais formas de vida e à preservação do meio ambiente em que vivem, incluindo os seres inanimados.²²

Contrariando o pensamento dominante, caracterizado acima, alguns operadores do Direito já propugnam pelo reconhecimento de direitos subjetivos aos animais não-humanos. Dentre eles, se destaca o promotor de justiça Laerte Fernando Levai.²³

O citado integrante do Ministério Público entende que se a própria Constituição Federal veda comportamentos cruéis, é porque reconheceu os animais como seres sensíveis e capazes de sofrer. Segundo ele, na parte final do artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, o legislador constitucional desvinculou a fauna da perspectiva ecológica para considerá-la sob um enfoque predominantemente ético. Isso leva à conclusão de que o animal tem direito a uma vida sem sofrimento, não àquela imposta pelas regras da conveniência humana. Impondo expressa vedação à crueldade, a Constituição Federal de 1988 permite considerar os animais como sujeitos jurídicos. É preciso, contudo, mudar sua condição de objeto para a de sujeito de direito. E, como eles não têm meios de se defender por si próprios, a exemplo das crianças ou dos interditos, surge o Ministério Público na condição de seu legítimo substituto processual”.²⁴

A questão dos animais como sujeitos jurídicos será retomada mais à frente, quando da abordagem das especificidades do artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais.

1.3.1 Declaração Universal dos Direitos do Animal

No ano de 1978, por ocasião das assembléias da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), realizadas na Europa, surgiu a

²² MAZZILLI, Hugo Nigro. **A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo**. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 142.

²³ Formado em Direito e Jornalismo, ingressou no Ministério Público paulista em 1990. Atua como promotor de justiça em São José dos Campos. No desempenho de suas funções ajuizou as pioneiras ações civis públicas contra o abate cruel nos matadouros, a experimentação animal e os abusos em animais de circos. Propôs, também a primeira ação penal contra organizadores de rodeios, além de denúncias contra pessoas jurídicas que cometeram crimes ambientais.

²⁴ LEVAI, Laerte Fernando, op. cit. pp. 127-128.

Declaração Universal dos Direitos do Animal. Essa carta de intenções foi subscrita pelo Brasil na assembléia da UNESCO realizada na Bélgica.

O referido texto não possui força de lei, pois não foi ratificado pelo Poder Legislativo brasileiro. Porém, trata-se de um documento internacional que, apesar de não se poder dizer que não é de cunho antropocêntrico, contempla uma visão mais benevolente em relação aos animais. É uma carta de princípios de natureza moral, fonte indireta para a aplicação da lei.

Esse documento proclama, em seu artigo 1º, o animal como sujeito de direitos: “Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm o mesmo direito à existência”. Prescreve, em seu artigo 2º, “a”, que: “Todo animal tem o direito de ser respeitado”. Prevê, em seu artigo 10, “a”, que: “Nenhum animal deve ser explorado para divertimento do homem”.

Como será observado mais adiante, não é isso que ocorre no Brasil, porém, sinaliza uma mudança paradigmática na relação homem x animal.

1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA LEGISLAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS NO BRASIL ATÉ O ADVENTO DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

No Brasil, a legislação que visa proteger os animais é relativamente recente. Desde o dia em que os portugueses aqui desembarcaram, no final do século XV, até o final do século XIX, inexistiu normatização nesse sentido. Ou seja, foram quase quatrocentos anos onde os maus-tratos e abusos não eram coibidos. Tal situação caracterizava grande injustiça, tendo em vista a grande serventia que muitos animais tiveram na colonização e na exploração desta terra, pois, como os livros de história relatam, eram usados como meio de transporte, na lavoura, em batalhas, como fonte de alimentação etc.

2.1 O início tardio da proteção jurídica aos animais

A primeira norma de que se tem notícia, no sentido de proteger os animais contra maus-tratos, foi editada na cidade de São Paulo. Era apenas um artigo constante do Código de Posturas, de 6 de outubro de 1886, daquela cidade, o qual prescrevia, em seu artigo 220: “É

proibido a todo e qualquer cocheiro, condutor de carroça, pipa d' água, etc, maltratar os animais com castigos bárbaros e imoderados. Esta disposição é igualmente aplicada aos ferradores. Os infratores sofrerão a multa de 10\$, de cada vez que se der a infração”.

Tardia, mas inovadora para os costumes de vida da época. Protegia apenas animais de tração, continuando os demais sem amparo jurídico. Teve origem no fato de os animais usados como transporte de carga sofrerem constantemente castigos cruéis por parte de seus donos. Criaturas escravizadas e obrigadas a transportar cargas muito além de suas forças, exploradas até o limite da exaustão, que, numa vida inteira, jamais passariam por tratamento veterinário, recebendo, em troca, agressões físicas de todos os tipos.

Não se pode deixar de destacar que a norma retro-transcrita era de âmbito municipal, deixando à mercê da própria sorte todos os animais vítimas de maus-tratos no restante deste imenso país.

Somente no ano de 1924, surge uma norma de âmbito nacional, o Decreto n. 16.590, de 10 de setembro do referido ano, que trata da regulamentação das casas de diversões públicas. O artigo 5º proibia a concessão de licenças para a realização de “corridas de touros, garraios, novilhos, brigas de galo e canários e quaisquer outras diversões desse gênero que causem sofrimento aos animais”.

Ao se analisar esse decreto, constatar-se-á que os animais domésticos e silvestres, que não se encaixassem naquela condição, continuavam sem proteção jurídica, pois a norma trata somente das casas de diversões públicas.

Já em 10 de julho, de 1934, foi expedido o Decreto federal n. 24.645, que tratava de proibir a prática de maus-tratos contra qualquer animal, conforme previsto em seu artigo 3º, inciso I. Essa Lei, finalmente, veio a tutelar todos os animais, sejam domésticos ou selvagens. O artigo 3º estabelece um enorme rol de condutas que passaram a ser consideradas como passíveis de enquadramento penal, como por exemplo: manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz; obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir, senão com castigo; abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária; despelar ou depenar animais vivos ou entregá-los vivos à alimentação de outros; ministrar ensino a animais com maus-tratos físicos; realizar ou promover lutas entre

animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e simulacros de touradas, ainda mesmo em lugar privado, dentre outras.

Muito importante se faz mencionar que o artigo 1º desse decreto prescreve que: “Todos os animais existentes no País são tutelados do Estado”. Ainda, o artigo 2º, parágrafo 3º, prescreve que: “Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras dos animais”. Esses dispositivos revelam que os animais passaram a ter uma proteção maior do ordenamento jurídico, sendo tutelados pelo Estado, através de nada menos que o Ministério Público.

Alguns juristas consideram que o Decreto n. 24.645 foi revogado pelo Decreto n. 11, de 18/01/1991. Contrariando isso, o Promotor de Justiça Laerte Fernando Levai pondera, em sua obra *Direito dos Animais*, que:

Exceção feita ao superado sistema das penas ali previsto, o Decreto n. 24.645/34 não foi revogado por nenhuma lei posterior a ele, nem expressa nem tacitamente. Sua natureza é de lei, de modo que somente uma outra lei poderia inviabilizá-lo, o que até o momento não ocorreu. Desse modo, mesmo que as situações de maus-tratos ali contempladas possam ser definidas, atualmente, sob a ótica do crime ambiental, não se pode ignorar que o referido diploma jurídico traz o animal, individualmente considerado, como destinatário da tutela jurídica, e não a fauna em abstrato ou o ambiente natural, deferindo ao Ministério Público e às associações protetoras a sua representação em juízo.²⁵

Sendo assim, ao que tudo indica, o referido decreto continua vigente, pois não houve revogação expressa e nem tácita. Como dito, a importância dessa norma reside no fato de ela estabelecer substitutos processuais para que os animais estejam em juízo e explicitar um vasto rol de condutas consideradas como sendo abusos e maus-tratos contra os animais.

2.2 Retrocesso – descriminalização dos maus-tratos

Foi, porém, com o decreto-lei n. 3.688/41 que um retrocesso ocorreu. A prática de maus-tratos passou a ser considerada, não mais como crime, mas como contravenção penal. Era o que previa o artigo 64 do diploma em comento, estipulando multa aos infratores. Como se sabe, a contravenção penal se diferencia do crime pelo fato de, ao invés de cominar pena de

²⁵ LEVAI, Laerte Fernando, op. cit. pp. 30-31.

reclusão ou detenção e/ou multa, cominar apenas prisão simples e/ou multa, se caracterizando, por óbvio, como sendo mais branda do que o crime propriamente dito.

Em 1943 foi baixado o Decreto n. 5.894 (Código de Caça), o qual legitimava a matança de animais silvestres. O artigo 3º conceitua a caça como sendo “[...] o ato de perseguir, surpreender ou atrair os animais silvestres, a fim de apanhá-los vivos ou mortos”. Não havia grandes restrições ao ato de caçar, conforme se extrai dos incisos do artigo 11, onde se proibia a caça de animais que fossem úteis à agricultura, de pombos correios, de pássaros e aves ornamentais ou de pequeno porte e das espécies raras. Dessa forma, o legislador deixou claro que o sofrimento dos animais não era levado em consideração, pois a perseguição, a captura e a matança estavam legitimadas.

A Lei Federal n. 5.197/67 (Lei de Proteção à Fauna) veio a substituir o Decreto n. 5.894/43, transformando a caça profissional em crime.

Com relação à fauna aquática, foi baixado o decreto n. 221/67 (Código de Pesca), o qual veio a substituir o decreto 794/38. O decreto em questão tratou de restringir a pesca predatória e a praticada em período de piracema.

A evolução histórica da normatização atinente aos animais até o momento citada²⁶, passa, ainda, pelas leis n. 6.638/79, que trata da vivissecção de animais; 7.173/83, que regula o funcionamento de jardins zoológicos; 7.643/87, a qual passou a coibir a pesca e o molestamento intencional de botos, golfinhos e baleias; 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente); 7.347/85 (Ação Civil Pública); constituindo estas duas últimas como importantes instrumentos processuais à disposição do Ministério Público para a tutela da fauna.

2.3 Avanço legislativo – a crueldade passa a ser vedada constitucionalmente e a prática de maus-tratos é criminalizada

Foi com o advento da Constituição Federal de 1988 que a luta pelos direitos dos animais ficou fortalecida. A lei maior do Brasil prescreve, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, que “Incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais à crueldade”.

Tal norma constitucional culminou, dez anos depois, na edição da Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/98). Esta veio a regulamentar o artigo 225, da Constituição Federal.

²⁶ LEVAI, Laerte Fernando, op. cit. pp. 24-32.

Para o presente estudo, se faz importante conhecer o conteúdo do artigo 32 da referida lei, o qual apresenta a seguinte redação: “Praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa”. A novidade, como se pode perceber, é que os abusos e maus-tratos contra animais deixaram de constituir mera contravenção penal, passando a constituir crime. Assim, fica o artigo 64, da Lei das Contravenções Penais, tacitamente revogado pelo artigo 32 da Lei 9.605/98.

Segundo a advogada e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento Danielle Tetü Rodrigues:

[...] há que se considerar, também, que, antes da promulgação da Lei de Crimes Ambientais em 1998, existia tremenda dificuldade na imposição de sanções devido à existência de lacunas na lei, ou em outras palavras, a ausência de lei para o caso concreto²⁷.

O histórico apresentado permite constatar que a fundamentação jurídica para a proteção dos animais está pautada, principalmente, na Constituição Federal de 1988, no Decreto-Lei n. 24.645/34 e na lei 9.605/98.

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO ARTIGO 32 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

Conforme dito anteriormente, o artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais revogou tacitamente o art. 64 do Decreto-Lei n. 3.688 (Lei de Contravenções Penais), que considerava os maus-tratos contra animais como uma simples contravenção penal. Passe-se, agora, à análise de suas especificidades.

3.1 Tipo penal de conteúdo misto

Prescreve o artigo 32, “caput”, da Lei de Crimes Ambientais, como sendo crime:

²⁷ RODRIGUES, Danielle Tetü. **O Direito & os Animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. Curitiba: Juruá, 2011. p. 74.

“praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos”.

Nota-se que a conduta do agente pode ocorrer quando este praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais. Assim, o crime poderá se consumir por meio de várias condutas (tipo penal de conteúdo misto ou variado). O tipo penal apresenta três verbos: praticar (abusos e maus tratos), ferir e mutilar.

A conduta de abusar se perfaz com a utilização indevida do animal. Ocorre, por exemplo, quando o animal é obrigado a puxar carroça com uma carga que está muito além das suas forças, muitas vezes sendo açoitado, ou quando uma égua prenha é obrigada a trabalhar.

Maus-tratos, outra conduta prevista no tipo penal, ocorre quando se dispensa tratamento violento ou de ofensa grave aos animais, causando-lhes sofrimento, tais como: ministrar ensino a animais com maus-tratos físicos; manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeça a respiração, o movimento ou o descanso ou os privem de ar ou luz; utilização de animais em provas de montaria (adotando apetrechos que causem dor); abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, etc.

Ferir significa machucar o animal, como, por exemplo, com um corte ou com uma queimadura.

Por fim, o tipo penal prevê a modalidade de mutilar, que significa a extirpação de algum órgão do animal. A respeito disso, Laerte Fernando Levai, em sua obra *Direito dos Animais*, relata algo que muitas pessoas não sabem ou não se importam. Segundo ele, mutilar é prática freqüente no setor do agronegócio, onde, sem anestesia, aves são debicadas, bois são descornados e castrados, porcos são desdentados etc.²⁸

3.2 Pena e ação penal

A pena prevista é de detenção de três meses a um ano e multa, para os que desrespeitarem o caput e o parágrafo primeiro. Porém, essa pena poderá ser aumentada se a conduta resultar na morte do animal, conforme previsto no parágrafo segundo.

Com relação à multa, será calculada segundo os critérios previstos no artigo 49 do Código Penal. Entretanto, se o magistrado concluir que a multa, ainda que aplicada em seu valor máximo, se revele ineficaz, poderá aumentá-la em até três vezes, segundo a vantagem econômica auferida, conforme previsão do artigo 18, da Lei 9.605/98.

²⁸ LEVAI, Laerte Fernando, op. cit. p. 40.

O artigo 14, da Lei de Crimes Ambientais, prevê circunstâncias atenuantes, dentre as quais figura o baixo grau de instrução ou escolaridade do agente (inciso I), enquanto o artigo 15 traz circunstâncias que agravam a pena, como, por exemplo, reincidência nos crimes de natureza ambiental (inciso I).

Como a pena prevista é de três meses a um ano de detenção, significa que o crime previsto no artigo em comento é de menor potencial ofensivo e, portanto, de competência dos Juizados Especiais Criminais (artigo 61, Lei 9.099/95). Assim, o infrator poderá ser beneficiado com a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, multas e até mesmo a suspensão condicional do processo.

Isso significa que quem pratica ato de crueldade para com os animais, por mais reprovável que seja a conduta, poderá nem mesmo ser processado. Por exemplo, se um indivíduo resolve colocar fogo em um cachorro, em um gato ou em um cavalo, mesmo assim poderá ser beneficiado com a suspensão condicional do processo, bastando, para tanto, o cumprimento dos requisitos do art. 89 da Lei 9099/95 e do artigo 28 da Lei 9.605/98, sendo possível, também, a suspensão condicional da pena, conforme prescrito no artigo 16 da Lei de Crimes Ambientais (casos de condenação a pena privativa de liberdade não superior a três anos). Laerte Levai pondera que:

Apesar desse avanço legislativo (criminalização dos maus-tratos), o problema referente à dosagem da pena – muito favorável ao infrator – continua o mesmo. Aquele que incorre em delito contra a fauna, embora teoricamente sujeito à prisão ou multa, costuma ter a reprimenda substituída por medida restritiva de direitos ou prestação de serviços à coletividade. Isso é fruto da política criminal da despenalização, uma tendência crescente no sistema penal brasileiro²⁹

Por fim, a ação penal é pública incondicionada, conforme artigo 26 da Lei 9.605/98.

3.3 Forma equiparada

Conforme prescreve o parágrafo 1º, do art. 32, da lei em comento, uma forma equiparada ao crime previsto no “caput” do mesmo artigo é realização de experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que seja para fins didáticos ou científicos. Tal prática

²⁹ LEVAI, Laerte Fernando, op. cit. p. 35.

somente constitui crime quando houver recursos alternativos à utilização dos animais. Sendo assim, aquele que infringir este tipo incorrerá na mesma pena prevista no caput.

3.4 Elemento subjetivo

O delito tem como elemento subjetivo o dolo, que poderá ocorrer de duas formas, quais sejam, o dolo direto, caracterizado pela intenção que o indivíduo tem de praticar a conduta, e o dolo indireto (ou eventual), que ocorre quando o indivíduo, apesar de não desejar, assume o risco de produzir o resultado. Não há previsão legal quanto à modalidade culposa.

3.5 Consumação e tentativa

Não há dúvidas de que o crime se consuma com a efetiva prática do ato de abusar, maltratar, ferir e mutilar qualquer animal.

Porém, há divergência de entendimento com relação à tentativa. Mas a questão não parece ser complicada, como exemplifica o promotor de justiça Lélío Braga Calhau, para o qual basta que um indivíduo seja flagrado pela Polícia antes de praticar o ato lesivo, já superando o iter criminis dos atos preparatórios e dando início à execução.³⁰ Luiz Regis Prado compartilha da tese³¹.

Já Luis Paulo Sirvinskias, defende que a tentativa é inadmissível, por entender que não existe tentativa com relação às lesões corporais dolosas (artigo 129 do Código Penal).³²

3.6 Sujeito ativo e passivo

A conduta prevista no art. 32, retro-citado, pode ser praticada por qualquer pessoa, ou seja, trata-se de crime comum. Inclusive, o artigo 3º, da Lei de Crimes Ambientais, admite

³⁰ CALHAU, Lélío Braga. **Meio ambiente e tutela penal nos maus-tratos contra animais**. Artigo disponível na internet em: < <http://www.datavenia.net/artigos/meioambiebtutelapenalmaustratos.html>. Acesso em nov. 2011.

³¹ PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 189.

³² SIRVINSKAS, Luís Paulo, op. cit. p. 187.

a responsabilidade penal da pessoa jurídica, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal no interesse ou benefício de sua entidade.

Responsabilidade penal da pessoa jurídica é tema controverso. Apesar de essa possibilidade estar expressa na Lei 9.605/98, Luiz Regis Prado, por exemplo, entende não ser possível sua aplicação. Segundo ele, se encontram ausentes na atividade da pessoa jurídica os elementos: capacidade de ação no sentido penal estrito, capacidade de culpabilidade (princípio da culpabilidade), capacidade de pena (princípio da pessoalidade da pena).

Assim, para o citado autor, a pessoa jurídica não tem capacidade de ação ou omissão típica, tendo em vista que a ação é caracterizada pelo exercício de uma atividade finalista, ou seja, no desenvolvimento de uma atividade dirigida pela vontade à consecução de um determinado fim. Além disso, não se pode atribuir à pessoa jurídica a capacidade de culpabilidade, pois a culpabilidade penal, como juízo de censura pessoal pela realização do injusto típico, somente pode ser atribuída a um indivíduo. Por fim, a responsabilização penal da pessoa jurídica fere o princípio da pessoalidade da pena, insculpido no art. 5º, inciso XLV, da Constituição Federal, o qual prescreve que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”, ou seja, há a imposição de que a sanção penal recaia exclusivamente sobre os autores materiais do delito e não sobre todos os membros da corporação.³³

O entendimento relatado acima é majoritário. Porém, alguns doutrinadores e juristas já propugnam pela possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica.

Fernando Galvão sustenta que a Constituição Federal, em seu artigo 225, parágrafo 3º, traduz uma opção de Política Criminal do legislador constituinte, condizente com um novo modelo de Direito Penal que vem sendo adotado pelo mundo globalizado, sendo que essa nova visão foi expressamente adotada pela Lei de Crimes Ambientais. Assim, a responsabilidade penal da pessoa jurídica dependeria do atendimento de requisitos distintos dos exigidos pela Teoria do Crime, quais sejam, a deliberação do ente coletivo, que o autor material esteja vinculado à pessoa jurídica e que a infração seja praticada no interesse ou benefício da pessoa jurídica, na esfera de suas atividades.³⁴

O entendimento de que uma pessoa jurídica pode ser responsabilizada criminalmente é de extrema importância, tendo em vista que possibilita a punição de companhias de rodeio, circos, laboratórios de pesquisa e quaisquer outras instituições que

³³ PRADO, Luiz Regis, op. cit. pp. 128-129.

³⁴ GALVÃO, Fernando. **Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica**. Belo Horizonte: Procuradoria Geral de Justiça, 2002. p. 165.

dispensem maus-tratos contra animais, através de multas e penas restritivas de direitos, como a suspensão de atividades e interdição temporária do estabelecimento.

Com relação ao sujeito passivo, a doutrina majoritária entende ser a coletividade, e não o animal, pois este é o objeto material da conduta.³⁵

Contrariando o pensamento dominante, o juiz aposentado Diomar Ackel Filho, hoje advogado e professor, sustenta a condição do animal como sujeito de direito:

Eis porque pode-se sustentar que os animais constituem individualidades dotadas de uma personalidade típica à sua condição. Não são pessoas, na acepção do termo, condição reservada aos humanos. Mas são sujeitos titulares de direitos civis e constitucionais, dotados, pois, de uma espécie de *personalidade “sui generis”*, típica e própria à sua condição. Claro que a personalidade é um atributo da pessoa. E os animais não são pessoas, embora vinculados à mesma biologia. Todavia, como sujeitos de direito são reconhecidos e tutelados, reunindo atributos que permitem colocá-los numa situação jurídica peculiar, que se assemelha aos amentais humanos. (...) Essa sua condição como sujeito de direitos lhes assegura uma posição muito diversa da coisa. Garante-lhes um tratamento jurídico diverso, não como *mera “res”*, mas como *seres da natureza*, dotados de direitos que lhes permitem ser tratados e respeitados com individualidades próprias, dispondo inclusive de efetiva representação em juízo.³⁶

Também o advogado Daniel Braga Lourenço, agarrando-se à doutrina de Fábio Ulhoa Coelho, no que diz respeito aos entes despersonalizados, entende que o conceito de sujeito de direito não está ligado exclusivamente à condição de pessoa e que, por isso, nada obsta que os animais sejam enquadrados como sujeitos jurídicos nessa categoria. Toma o exemplo do nascituro. Segundo ele, apesar de a corrente majoritária adotar a teoria natalista para explicar a condição do nascituro, a melhor explicação é no sentido de considerá-los como sendo entes despersonalizados. Fábio Ulhoa Coelho entende que: “os sujeitos despersonalizados podem ser humanos ou não humanos, de modo que, antes do nascimento com vida, o homem e a mulher não têm personalidade, mas, como já titularizam os direitos postos a salvo pela lei, são sujeitos de direito.”³⁷

Nesse caso, a lei atribuiria direito a um ser que ainda não é pessoa, conforme interpretação do artigo 2º do Código Civil. Sendo assim, o referido advogado afere que:

³⁵ PRADO, Luiz Regis, op. cit. p. 187.

³⁶ FILHO, Diomar Ackel. **Direito dos Animais**. São Paulo: Themis, 2001. pp. 64-66.

³⁷ FÁBIO ULHOA COELHO apud LOURENÇO, op. cit. p. 505.

A teoria dos entes despersonalizados, baseando-se na distinção conceitual *entre “pessoa” e “sujeito de direito”*, conforme se verificou, permite, *portanto, que se prescindia da qualificação do ente como “pessoa” para que ele venha a titularizar direitos subjetivos*. No que diz respeito aos animais ela poderá ser aplicada para caracterizá-los como autênticos sujeitos de direitos despersonalizados não-humanos, tal qual propõe a criteriosa classificação de Ullhoa Coelho. Como se procurou demonstrar, somente uma visão extremamente dissociada da realidade seria incapaz de realizar que a maior parte das normas de proteção aos animais, incluindo-se, em especial, as que vedam os maus-tratos, abusos e crueldades, tratam de regras em que o objeto jurídico tutelado é a incolumidade física e psíquica do próprio animal, ou seja, são regras em que o destinatário da norma é aquele que é beneficiado diretamente pela sua observância é o ser que sofre as consequências da conduta lesiva.³⁸

Outro a defender os animais como sujeitos passivos do crime é Laerte Fernando Levai:

Na hipótese específica do art. 32 da Lei 9.605/98, o bem jurídico preponderante é o respeito devido aos animais, figurando estes – criaturas sensíveis que sentem e sofrem – como sujeitos passivos do crime, não a coletividade causadora ou mesmo espectadora do mal³⁹

Como se pode notar pelas posições citadas, alguns doutrinadores, advogados, promotores e magistrados já concebem os animais como sujeitos de direitos, não como meras coisas ou bens ambientais, o que sinaliza a mudança paradigmática na relação homem x animal abordada no início deste trabalho.

3.7 Bem jurídico tutelado

O bem jurídico tutelado será decorrência do que foi apresentado no tópico anterior. Assim, aqueles que entendem ser o animal o objeto material da conduta, defenderão que o objeto jurídico é a tutela do ambiente, particularmente a fauna silvestre, doméstica ou domesticada, nativa ou exótica.⁴⁰ Já aqueles que entendem ser o animal sujeito de direitos, defenderão que o objeto jurídico é o respeito devido aos animais.⁴¹

³⁸ LOURENÇO, Daniel Braga, op. cit. p. 509.

³⁹ LEVAI, Laerte Fernando, op. cit. p. 40.

⁴⁰ PRADO, Luiz Regis, op. cit. p. 186.

⁴¹ LEVAI, Laerte Fernando, op. cit. p. 40.

3 PRÁTICAS ILEGAIS

A seguir, serão apresentadas algumas práticas que, por resultarem em maus-tratos e abusos contra animais, devem ser proibidas definitivamente.

4.1 A farra do boi

A farra do boi é caracterizada pela perseguição e linchamento dos animais, ocorrendo nos feriados da Semana Santa, no estado de Santa Catarina. Indivíduos munidos de pedaços de pau, pedras, facas e outros aparatos, perseguem os animais, espancando e mutilando-os até a morte. Esta prática foi trazida ao Brasil pelos imigrantes açorianos, há cerca de 200 anos.

Os defensores de tal prática argumentam que deve ser garantido ao povo o exercício dos direitos culturais, ou seja, entendem que tal prática já faz parte da cultura local, sendo, portanto, legítima, por força do artigo 215, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988. Alegam, ainda, que a proibição dessa manifestação cultural acarretaria prejuízos econômicos à região, pois muitos comerciantes não venderiam mais comes e bebes aos participantes.

No ano de 1997, a questão da farra do boi chegou ao STF, graças à atuação das entidades de proteção e defesa dos animais, que ingressaram com a Ação Civil Pública n. 023.89.030082-0, contra o Estado de Santa Catarina.

Assim, em 03 de junho daquele ano, através do Recurso Extraordinário n. 153.531-8, estava proibida a farra do boi, por esta violar o disposto no artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, da Constituição Federal de 1988, conforme podemos extrair do voto do Ministro Marco Aurélio:

Entendo que a prática chegou a um ponto a atrair, realmente, a incidência do disposto no inciso VII do artigo 225 da Constituição Federal. Não se trata, no caso, de manifestação cultural que mereça agasalho da Carta da República. Como disse no início de meu voto, cuida-se de uma prática cuja crueldade é ímpar e decorre das circunstâncias de pessoas envolvidas por

paixões condenáveis buscarem, a todo custo, o próprio sacrifício do animal.⁴²

Com o advento da Lei n. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), a farra do boi foi criminalizada, por infringir o disposto no artigo 32 desta lei. Mas, apesar disso, nos feriados da Semana Santa, em Santa Catarina, ainda é prática recorrente.

4.2 Rodeios: modalidades bullgog, montaria e laço

Nos rodeios, existe uma modalidade denominada de bulldog (ou derrubada de novilho). Consiste no fato de um novilho adentrar na arena sendo perseguido por dois peões montados a cavalo, um de cada lado do animal. O peão da direita deve manter o novilho na direção correta, enquanto o da esquerda deve saltar do cavalo e derrubar o novilho torcendo-lhe o pescoço.

Apenas a descrição da prova já é suficiente para se chegar à conclusão de que se trata de maus-tratos contra os animais. Porém, para a satisfação dos mais céticos, segue um pequeno trecho de um laudo técnico emitido pelos médicos veterinários Mariângela Freitas de Almeida e Souza (CRMV/RJ 5012) e Willian Ribeiro Pinho (CRMV/RJ 0463), ambos com mais de 25 anos de experiência na profissão, sobre rodeios ocorridos no Rio de Janeiro⁴³

Ao ser produzida a derrubada através de violenta e abrupta torção do pescoço, o animal sofre forte impacto em sua coluna vertebral, especialmente na região cervical, o que pode provocar luxações e fraturas de vértebras, lesões musculares e de ligamentos, traumatismos na medula espinhal e craniano, com o risco de paralisia permanente e morte.

A repetição desses procedimentos com o mesmo animal, em competições e no treinamento, provoca o agravamento e a cronificação das lesões, podendo produzir danos irreparáveis, incluindo paralisias e morte, e a intensificação do estresse com os sinais característicos de ansiedade e medo exacerbados, perda de peso, agressividade e estereotipias. **(grifos acrescidos ao original)**

⁴² **Recurso Extraordinário n. 153.531-8/ Santa Catarina.** Disponível na internet em: < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=farra+boi&base=baseAcordaos> >. Acesso em nov.2011.

⁴³ SOUZA, Mariângela Freitas de Almeida e, PINHO, Willian Ribeiro. **Laudo Técnico.** Artigo disponível na internet em: < <http://defensoresdosanimais.wordpress.com/juridico-2/juridico-2/pareceres-tecnicos/parecer-rodeios/> >. Acesso em nov. 2011.

No mesmo laudo, os veterinários ainda explicam o por que de os animais entrarem na arena correndo desesperados. Segundo eles:

Cenas gravadas mostram os **animais sendo atormentados e machucados ainda dentro dos bretes, tendo as caudas repetidamente puxadas e torcidas, recebendo chutes, golpes e choques elétricos**, contra os quais reagem se debatendo e tentando fugir, motivo pelo qual, ao serem abertas as porteiras, entram na arena em disparada. Esse tipo de manipulação, que provoca a entrada do animal na arena em disparada, pode também ser observado em outros tipos de provas em que se utilizam bezerros, garrotes e novilhos. **(grifos acrescentados ao original)**

O Bulldog constitui maus-tratos e isso ficou evidenciado na 56ª Festa do Peão de Barretos, ocorrida no mês de agosto de 2011, onde um peão provocou a morte de um novilho após ter torcido-lhe o pescoço. O animal, de pouco mais de um ano de idade, caiu ao solo e ficou imóvel. Uma necropsia constatou que houve lesão nas vértebras, motivo pelo qual o animal ficou tetraplégico, tendo que ser sacrificado⁴⁴

Nas provas de montaria, o objetivo é que o peão permaneça por oito segundos em cima do animal, sendo que, quanto mais este pular, mais valor terá a apresentação.

Ocorre que os animais não são bravos, pois já nascem em cativeiro. Sendo assim, sem que alguma coisa os machuque, não pulam da forma que se costuma ver. Um dos objetos usados para causar dor nos animais é o sedém. Este consiste numa cinta que comprime o abdômen e a virilha, provocando dor e sofrimento ao animal, que tenta, de todas as formas, se livrar daquilo. O apetrecho em questão, conforme se constata apenas de olhar, é extremamente apertado e, quando não causa lesões aparentes, causa lesões internas e bastante doloridas.

O sedém é utilizado para forçar o animal, através do estímulo doloroso e do estresse que ele provoca, a saltar repetidamente e escoiceando para trás e para cima, caso contrário touros e cavalos não saltariam de forma tão impetuosa e adotando a postura observada e até possivelmente se recusariam a saltar, haja vista que após tantas exhibições e treinamentos esses animais já apresentariam hábito de ser montado. **Em rodeios acompanhados no Rio de Janeiro, em situações onde houve determinação de que não fosse utilizado o sedém, os rodeios foram interrompidos em virtude de os animais não terem saltado como necessário**, simplesmente se esquivando e mesmo negando-se a saltar, sendo demonstrado, dessa forma,

⁴⁴ YAMADA, Gabriela. **Morte de bezerro na festa de Barretos vai parar na Promotoria**. Artigo disponível na internet em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/963406-morte-de-bezerro-na-festa-de-barretos-vai-parar-na-promotoria.shtml> >. Acesso em out. 2011.

que sem o sedém o animal não tem o estímulo necessário para conduzir-se conforme o desejado para a realização da competição⁴⁵.**(grifos acrescidos ao original)**

Outro instrumento usado para fazer os animais pularem é a espora, que não tem que ser necessariamente constituída de pontas para causar sofrimento, tendo em vista que o peão acerta o animal com extrema violência em partes que causam intensa dor.

*Nas provas de montaria, em que há uma espécie de “coreografia” com as esporas, dizem os promotores de rodeios que essas não causam ferimentos aos animais já que são empregadas esporas não pontiagudas. Observamos que o uso das esporas faz parte do espetáculo, sendo os movimentos mais valorizados em virtude de seu maior grau de dificuldade. O valor da pontuação vai variar com a posição e a região em que o animal é esporeado. **As esporas, em verdade, podem provocar ferimentos em consequência da força empregada e das regiões sensíveis golpeadas repetidamente, podendo ser lesivas mesmo não sendo pontiagudas***⁴⁶ **(grifos acrescidos ao original)**

Além disso, o ambiente onde se realizam as montarias são extremamente barulhentos e excessivamente iluminados, muito diferente do ambiente que os animais vivem no dia-a-dia. Isso provoca neles grande estresse.

O som alto da música e do espetáculo pirotécnico, os barulhos diversos, a luz forte, a grande movimentação humana e o cheiro e visão da platéia assim como o horário noturno avançado em que se realizam os rodeios podem provocar altíssimo nível de estresse em cavalos e touros, uma vez que são produzidos em condições totalmente diversas do seu habitat e contrariando os hábitos naturais dessas espécies, provocando reações contrárias ao que se observa do comportamento normal desses animais. Esses estímulos estressantes provocam medo e suas reações conseqüentes como taquicardia, taquipnéia, enrijecimento muscular, entre outros, podendo até produzir um estado de pânico ou de confusão mental. **A observação das pupilas dilatadas, por exemplo, embora estejam sobre iluminação intensa, é um dos sinais indicadores de estresse**⁴⁷ **(grifos acrescidos ao original)**

Não bastasse o exposto até aqui, existem inúmeros relatos de outras espécies de maus tratos, como, por exemplo, choques elétricos, introdução de pimenta nos órgãos genitais dos animais, chutes etc.

⁴⁵ SOUZA, Mariângela Freitas de Almeida, PINHO, Willian Ribeiro, op. cit.

⁴⁶ SOUZA, Mariângela Freitas de Almeida, PINHO, Willian Ribeiro, op. cit.

⁴⁷ SOUZA, Mariângela Freitas de Almeida, PINHO, Willian Ribeiro, op. cit.

Em diversas cidades do Brasil já existem leis que proíbem a realização de rodeios, como, por exemplo, em Nova Friburgo-RJ (Lei Municipal n. 3.883/2010), São Paulo-SP (Lei Municipal n. 11.359/1993), Rio de Janeiro-RJ (Lei Municipal n. 3.879/2004), Taubaté-SP (Lei Municipal n. 205/09), São Bernardo do Campo-SP (Lei Municipal n. 3.664/1991), dentre outras. Existem, ainda, dezenas de projetos de lei aguardando para serem votados, no sentido de se proibir os rodeios.

Na verdade, algumas das leis citadas acima não proibiram os rodeios em si, o que se proibiu foi o uso de apetrechos que causem maus-tratos. Mas, tendo em vista que, sem a utilização do sedém e das esporas os animais não pulam, e esses instrumentos são reconhecidamente causadores de dor e sofrimento, os rodeios ficaram inviabilizados.

O problema consiste no fato de os rodeios movimentarem quantias consideráveis e, assim sendo, gente poderosa e influente tenta, de todas as formas, legitimar os rodeios, muitas vezes influenciando o legislador. Tanto isso é verdade, que todas as leis citadas já enfrentaram projetos de lei no sentido de derrubá-las.

Com relação às provas de laço, estas dispensam qualquer explicação quanto aos maus-tratos contra os animais. O simples fato de se analisar no que consiste tais provas, já é o suficiente para constatar a ilegalidade. A violência e a covardia, o pavor do animal correndo, são evidentes.

Existem vários tipos de provas de laço. Uma delas é denominada de laço ao bezerro. Nessa modalidade, o bezerro entra em disparada na arena e o peão deve laçá-lo. Depois disso, o peão eleva o bezerro e o derruba no chão, amarrando três de suas patas, sendo que, posteriormente, deverá elevar a mão para indicar o final da prova, devendo o bezerro permanecer imobilizado por seis segundos.

O animal, ao ser laçado, é contido de maneira extremamente brusca e jogado ao solo da mesma forma. Se ainda existe dúvida sobre a existência de crueldade nesse tipo de prova, basta a análise da ação popular n. 649/01, com relação ao Jaguariúna Rodeo Festival. Nela, existe um laudo elaborado pelo médico veterinário Dr. José Lincoln Leite de Campos (CRMV – 25548), que foi nomeado pelo juiz, onde expõe o seguinte:

[...] quando fugindo da condição que foi imposta a ele, é laçado [**bezerro de 40 dias de idade**], sofre um tranco, podendo ocorrer danos no seu pescoço, causando **lesões leves, graves ou gravíssimas, reversíveis ou irreversíveis, podendo até levá-los à morte.**⁴⁸ (grifos acrescentados ao original)

⁴⁸ **Parecer: utilização de animais em rodeio.** Disponível na internet em: < http://conjectura.com.br/PDF/parecer_rodeios_SA.pdf >. Acesso em nov. 2011.

Como se pode constatar, nesse tipo de prova os animais são submetidos ao sofrimento e à crueldade, indiscutivelmente. O resultado são animais com diversos tipos de trauma no pescoço, chegando, em muitos casos, a ficarem paralíticos e até mesmo morrerem. Tudo isso sob o aplauso do público.

As provas de montaria, bulldog e laçada, resultam em maus-tratos, conforme jurisprudências abaixo:

0013772-21.2007.8.26.0152 Apelação

Relator(a): Renato Nalini

Comarca: Cotia

Órgão julgador: Câmara Reservada ao Meio Ambiente

Data do julgamento: 31/03/2011

Data de registro: 07/04/2011

Outros números: 990103314743

Ementa: AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL - RODEIO - Obrigação de não fazer - Sentença que julgou improcedente o pedido sob o argumento de o mesmo ser genérico e amplo - Inadmissibilidade - O pedido deve ser parcialmente provido como medida de prevenção e proteção ao bem estar dos animais, conforme os pareceres do Ministério Público em Ia e 2a grau - Contundência dos laudos e estudos produzidos a comprovar que a atividade do rodeio submete os animais a atos de abuso e maus tratos, impinge-lhes intenso martírio físico e mental, constitui-se em verdadeira exploração econômica da dor - Incidência do art. 225, § 1o, VII, da Constituição Federal, do art. 193, X, da Constituição Estadual, além do art. 32 da Lei nº 9.605/98, que vedam expressamente a crueldade contra os animais - Inadmissível a invocação dos princípios da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, pois a Constituição Federal, embora tenha fundado a ordem econômica brasileira nesses valores, impôs aos agentes econômicos a observância de várias diretivas, dentre as quais a defesa do meio ambiente, e a conseqüente proteção dos animais, não são menos importantes - **Condenação do apelado MARCELO CHADDAD MAGOGA (DOCTOR'S RANCH) na obrigação de não fazer para que se abstenha de realizar provas de rodeio em festivais/eventos (bulldogging, team roping, calf roping e quaisquer outras de laço e derrubada), e ainda para que se abstenha de realizá-las em treinos e aulas na Fazenda Nascimento, sob pena de aplicação de multa diária - Apelo parcialmente provido Em verdade, sequer haveria necessidade dos laudos produzidos e constantes dos autos para a notória constatação de que tais seres vivos, para deleite da espécie que se considera a única racional de toda a criação, são submetidos a tortura e a tratamento vil. Ainda que houvesse fundada dúvida sobre o fato do sofrimento e dor causados aos animais utilizados em rodeios - dúvida inexistente diante da prova colacionada -,incide na espécie o princípio da precaução, segundo o qual "as pessoas e o seu ambiente devem ter em seu favor o benefício da dúvida, quando haja incerteza sobre se uma dada ação os vai prejudicar", ou seja, existindo dúvida sobre a periculosidade que determinada atividade representa para o meio ambiente, deve-se decidir favoravelmente a ele - ambiente - e contra o potencial agressor. CONFERE-SE PARCIAL PROVIMENTO AO APELO.**

(grifos acrescentados ao original).

0164600-97.2007.8.26.0000 Apelação Com Revisão / Lei 7.446/87 – Ação Civil Pública

Relator(a): Torres de Carvalho

Comarca: Bauru

Órgão julgador: Câmara Reservada ao Meio Ambiente

Data do julgamento: 10/07/2008

Data de registro: 16/07/2008

Outros números: 7036625400, 994.07.164600-6

Ementa: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. Bauru. Obrigação de não fazer. Rodeio. Provas de laço. Maus tratos aos bezerros. LE nº 10.359/99 de 30-8-1999. LF nº 10.519/02 de 17-7-2002. Montaria e provas de laço. - 1. Rodeio. Provas de laço. **As provas de laço, usuais em rodeio, são - em princípio - lícitas se atendidos os requisitos da Res. SAA-18/98, da LE nº 10.359/99 e da LF nº 10.519/02. A jurisprudência, no entanto, dando prevalência ao princípio da precaução e à proteção inscrita no art. 225 da Constituição Federal, se inclinou por entender que as provas de laço descritas na inicial ('calf roping', 'bulldog', 'bareback*', 'team roping*' ou, em vernáculo, laçada de bezerro, laçada dupla, pega garrote e vaquejada), por implicar em tração na região cervical e cauda e na derrubada dos bezerros, causa dor e sofrimento aos animais. Tais atividades, em consequência, são vedadas.** - 2. Ação civil pública. Extensão da decisão. A sentença em ação civil pública faz coisa julgada 'erga omnes*', nos limites da competência do órgão prolator; a especial natureza corrobora o interesse recursal, apesar de encerrados os eventos mencionados na inicial. Decisão que vincula a ré e os demais promotores de eventos do tipo na Comarca de Bauru, dispensando a propositura de ação igual a cada um deles. - Sentença de improcedência. Recurso do Ministério Público provido. (grifos acrescentados ao original).

0006162-86.2009.8.26.0457 Apelação

Relator(a): Ruy Alberto Leme Cavaleiro

Comarca: Pirassununga

Órgão julgador: Câmara Reservada ao Meio Ambiente

Data do julgamento: 28/04/2011

Data de registro: 24/05/2011

Outros números: 990102958310

Ementa: RODEIO - SEDEM E OUTROS INSTRUMENTOS USADOS PARA ESTIMULAR ANIMAIS - VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA - INCONSTITUCIONALIDADE TRANSGRESSÃO DO INCISO VII DO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 225 - RESPONSABILIDADE AMBIENTAL - CONDENAÇÃO NA OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER CUMULADA COM REPARAÇÃO DO DANO CAUSADO POSSIBILIDADE - INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RECURSO PROVIDO. (grifos acrescentados ao original).

A jurisprudência parece estar caminhando para a proibição definitiva dos rodeios. Em várias cidades, entidades de proteção aos animais e a promotoria têm levado a questão até o judiciário, incidentalmente, tendo seus pleitos atendidos.

4.3 Circos

A realidade dos animais de circo é cruel. Quem assiste ao “espetáculo”, talvez não saiba o que acontece nos bastidores.

Tratados como objetos de entretenimento, os bichos são adestrados com emprego de violência e fazem seu número sob a ameaça de reprimendas. Passam seus miseráveis dias em minúsculas jaulas. Muitos deles, ao final de suas vidas, encontram a liberdade, quando são abandonados, momento em que mais precisam de cuidados. Essa é uma parte do martírio dessas criaturas.

Abusos e maus-tratos em circos são comuns em todo o mundo, conforme reportagem exibida pelo programa de televisão Fantástico⁴⁹. Pauladas, choques, socos, pontapés, agressões com barras de ferro, são algumas das formas com que os animais são tratados no dia-a-dia. Nessa mesma reportagem é possível constatar o resultado da maldade. Um urso, abandonado por um circo, apresenta movimentos estereotipados. O simples fato de alguém se aproximar já é o suficiente para que o animal comece a sapatear com as patas da frente, sem parar. Talvez isso seja o resultado de um conhecido método de treinamento, que consiste em queimar as patas dos bichos para que fiquem de pé.

Chocante é o relato de Elephant Alliance, um ex-empregado do circo Ringling Bros: “era uma pequena, doce e inocente urso marrom, que nunca machucou ninguém, mas de vez em quando ela dava problemas para se equilibrar na corda bamba. Então ela foi espancada com um longo bastão de metal até ficar gritando alto. Ela se tornou tão neurótica que passou a bater a cabeça na sua pequena jaula. E, finalmente, ela morreu”⁵⁰

É notório que os maus-tratos em animais de circos são comuns. Porém, a caracterização do tipo penal previsto no artigo 32, da Lei de Crimes Ambientais, prescinde da efetiva existência de maus-tratos, tendo em vista a existência de proteção também contra abusos.

Chipanzés andando em bicicletas. Leões saltando em círculos envoltos em chamas. Elefantes obrigados a sentar ou ficar sobre minúsculos bancos. Essas são algumas

⁴⁹ **Imagens mostram maus-tratos a animais em circos.** Matéria disponível na internet em: < <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL846583-15605.00.html> >. Acesso em nov. 2011.

⁵⁰ **Maus-tratos em circos.** Matéria disponível na internet em: < <http://www.apasfa.org/peti/circos/circos.html> >. Acesso em nov. 2011.

atividades que, sem dúvida, não fazem parte da natureza dos animais e, portanto, não é razoável que se exija isso deles.

Ao serem enjaulados, em pequenos recintos, pelo resto de suas vidas; ao serem transportados (circos via de regra são itinerantes) em condições insalubres, a mercê dos intempéries do clima; e ao serem obrigados, sob ameaça, a aprenderem números que notoriamente são estranhos à sua natureza, não há dúvida de que o referido artigo da Lei 9.605/98 está sendo transgredido. Maus tratos e abusos são espécies do gênero crueldade, previsto no artigo 225, § 1º, inciso VII, da Constituição Federal de 1988. Portanto, a prática circense alveja a Carta Maior deste país.

Vários Estados brasileiros já possuem legislação que proíbe circos com animais: São Paulo (Lei 11.977/2005); Rio de Janeiro (Lei 3.714/2001); Rio Grande do Sul (Lei 12.994/2008); Distrito Federal (Lei 4.060/2007); Alagoas (Lei 7.173/2010); Mato Grosso do Sul (Lei 3.642/2009); Pernambuco (Lei 12.006/2001); Paraíba (Lei 8.405/2007). Em todos os demais estados já existem projetos de lei nesse sentido. Tais leis realmente estão sendo aplicadas, conforme jurisprudências abaixo:

0162533-62.2007.8.26.0000 Apelação Com Revisão / ACAO CIVIL PUBLICA AMBIENTAL

Relator(a): Samuel Júnior

Comarca: São José dos Campos

Data do julgamento: 31/01/2008

Data de registro: 19/02/2008

Outros números: 7041035100, 994.07.162533-5

Ementa: AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Meio ambiente - Utilização de animais em espetáculos circenses - Obrigação de não-fazer - **Proibição da utilização e exibição de animais nos espetáculos circenses** - Constitucionalidade do artigo 21 da Lei Estadual nº 11.977/2005 - Recurso desprovido. (grifos acrescidos ao original).

9041154-69.2005.8.26.0000 ACAO CIVIL PUBLICA

AMBIENTAL

Relator(a): Antonio Celso Aguilar Cortez

Data de registro: 12/04/2006

Outros números: 464.134-5/4-00, 994.05.128294-7

Ementa: VOTO N. 2475/06 Ação civil pública. **Proibição de utilização de animais em apresentações circenses.** Lei municipal. **Liminar concedida.** Competência do Município para legislar sobre a matéria. Agravo de instrumento não provido. (grifos acrescidos ao original).

A criação das leis citadas decorre do reconhecimento de que a simples utilização de animais em circos contraria tanto a Lei Ambiental quanto a Constituição Federal, tendo em vista a caracterização do verbo abusar, previsto no artigo 32, da Lei 9.605/98. Segundo Luiz Regis Prados, abusar é “usar mal ou inconvenientemente, exigir trabalho excessivo do animal, extrapolar limites, prevalecer-se”⁵¹. Portanto, a prática circense caracteriza abuso e, sendo assim, não importa se houve ou não a efetivação da prática de maus-tratos.

4 UM FAMIGERADO PROJETO DE LEI – PL 4.548/98

Como dito anteriormente, a Constituição Federal, em seu artigo 225, §1º, inciso VII, veda a prática de crueldade contra animais, sendo que o artigo 32, da Lei 9.605/98, veio a criminalizar tal conduta.

Contrariando o mandamento constitucional, o Deputado José Thomaz Nonô propôs o projeto de Lei nº 4.548/98, no qual propõe mudança de redação do caput do artigo 32, da Lei de Crimes Ambientais, excluindo os animais domésticos e domesticados da proteção contra maus-tratos.

Ora, em nenhum momento a Constituição Federal ou a Lei de Crimes Ambientais fez distinção entre animais selvagens e domésticos, pelo contrário, o legislador desta última fez questão de explicitar que a proteção se destina a animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.

Sob a justificativa falaciosa de que o legislador jamais quis restringir práticas culturais arraigadas na cultura brasileira, como rodeios, vaquejadas, farra do boi, etc., e que essas práticas têm inegável relevância econômica e geram empregos, o citado deputado propugna pela exclusão de animais domésticos e domesticados da proteção legal.

Ressalte-se que cães, gatos, cavalos, touros, enfim, todos os animais domésticos e domesticados ficariam desprotegidos, pois, conforme se extrai do artigo 2º, § 3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n. 4.657/42), o ordenamento jurídico brasileiro não comporta reprimenda automática, ou seja, a violência cometida contra os animais citados não voltaria se quer à condição de contravenção penal.

⁵¹ PRADO, Luiz Regis, op. cit. p. 187.

Fernando Capez critica o fato de o projeto proteger animais silvestres, nativos ou exóticos e não os domésticos e domesticados:

Por que proporcionar tratamento díspar a situações assemelhadas? A reprovabilidade da conduta do autor não é a mesma em ambas as formas de crueldades praticadas, isto é, não estaríamos diante do mesmo desvalor da ação, o que conduziria a uma idêntica punição?.⁵²

Como os livros de história relatam, o fato de uma determinada prática já ter estado arraigada na cultura brasileira não permite que ela se perpetue para sempre, pois, na medida em que passe a contrariar a lei, o que sinaliza uma mudança de comportamento e de valores sociais, deve ser proibida.

No julgamento da inconstitucionalidade da “farra do boi”, o STF não levou em consideração os argumentos levantados pelo deputado, mas sim a crueldade ímpar a que os animais eram submetidos.

Ressalte-se que as práticas como a escravidão e a subjugação das mulheres já estiveram arraigadas na cultura brasileira, por séculos. Isso não significa um salvo conduto para que tais absurdos vigorem ad infinitum, pois são errados, independentemente da importância econômica que possam ter (como se sabe, a escravidão gerava altos lucros). Como a discriminação contra negros e contra as mulheres é errada e, tardiamente, isso foi mudado, a mesma leitura deve ser feita com relação aos maus-tratos contra todos os animais, inclusive domésticos e domesticados, pois não há como excluí-los do conceito de fauna.

O projeto de lei em comento, apesar de datar de 1998, foi desarquivado neste ano de 2011, pelo requerimento de nº 218/2011. Porém, depois de muita pressão por parte da sociedade, promotores de justiça, deputados sensíveis à causa e entidades protetoras dos animais, o projeto foi arquivado em julho deste ano, por meio do requerimento nº 2112/2011.

6 O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

⁵² CAPEZ, Fernando. **Maus-tratos contra animais: a importância da repressão jurídica**. Artigo disponível na internet em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7869 >. Acesso em nov. 2011.

No ano de 1934, por meio do Decreto-lei n. 24.645/34, o Ministério Público recebeu a incumbência de assistir os animais em juízo. Prescreve o artigo 2º, § 3º, do referido decreto: “Os animais serão assistidos em juízo pelos representantes do Ministério Público, seus substitutos legais e pelos membros das sociedades protetoras de animais”.

Além disso, a Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Ministério Público a proteção dos interesses difusos, dentre os quais se encontra o meio ambiente. É o que se extrai do artigo 127, “caput” c/c artigo 129, inciso III, ambos da Carta Magna Brasileira. Assim está disposto o artigo 127, “caput”: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Já o artigo 129, inciso III, preleciona que é função institucional do Ministério Público: “Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”.

Ainda, o conceito normativo de meio ambiente, previsto no artigo 3º, inciso I, da Lei 6.938/81, abrange a fauna. Segundo este dispositivo, meio ambiente é : “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Tendo em vista que o conceito de meio ambiente engloba a fauna, e que todos os animais, silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, fazem parte desta, é dever dos promotores de justiça defendê-los.

Conceito fauna: “é o conjunto de animais próprios de um país ou região que vivem em determinada época”⁵³

Por fim, pelo fato de os atentados contra a fauna terem natureza pública incondicionada, a iniciativa processual por parte da promotoria independe de qualquer manifestação de vontade e, para a efetiva tutela da fauna, o promotor conta com um poderoso aparato jurídico, onde se destacam o inquérito civil, conforme previsto no artigo 129, inciso III, 1ª parte, da Constituição Federal; a ação civil pública, conforme Lei 7.347/85; e o termo de compromisso de ajustamento de conduta, previsto no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7347/85.

O inquérito civil, que tem natureza administrativa, tem por objetivo a reunião de elementos que possam vir a formar a convicção do promotor de justiça, comumente servindo de base para a ação civil pública. Esta, de âmbito civil, visa à obrigação de fazer ou de não fazer, à reparação do dano ambiental ou à condenação pecuniária. Já o TAC (termo de

⁵³ SIRVINSKAS, Luis Paulo, op. cit. p. 163.

compromisso de ajustamento de conduta), que pode ser de caráter preventivo ou reparatório, se trata de um acordo entre a promotoria e o suposto malfeitor, que visa reparar o dano, mitigá-lo ou impedi-lo. Este último instrumento vem sendo usado amplamente pelo Ministério Público como forma de tutela preventiva.

CONCLUSÃO

Por tudo que foi exposto neste trabalho, constata-se que a realidade vivida pelos animais é injusta e precisa mudar. Toda forma de crueldade contra a fauna afronta a Constituição Federal, conforme se extrai do artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII. Além disso, a Lei de Crimes Ambientais, em seu artigo 32, criminalizou os abusos e maus-tratos, seguindo mandamento constitucional.

Os animais utilizados em rodeios sofrem agressões, tanto físicas quanto psicológicas, que não podem ser justificadas pelo mero entretenimento humano. O uso do sedém e das esporas, nas provas de montaria, causam dor e sofrimento aos touros, cavalos e éguas. As provas de laço e derrubada causam lesões de natureza grave nos pescoços dos bezerros e novinhos, muitos deles terminam sacrificados.

Nos circos, macacos, elefantes, leões, dentre outros, vivem suas vidas trancafiados em pequenas jaulas, passam por uma rotina de treinamento necessariamente violenta e trabalham nas apresentações sob ameaça de sofrerem reprimendas, caso errem. Esses animais são obrigados a realizar tarefas estranhas à sua natureza e, quando ficam velhos, terminam abandonados à própria sorte.

Conclui-se que, pela impossibilidade de serem realizados sem crueldade, os rodeios e circos devem ser definitivamente proibidos, pois afrontam tanto a lei penal quanto a Constituição Federal. É nesse sentido que a legislação e a jurisprudência estão caminhando.

A luta pelo reconhecimento de direitos aos animais é árdua e o tema está envolto em muito preconceito. Porém, os que defendem a causa não devem desanimar, tendo em vista que as mudanças às vezes parecem que nunca vão ocorrer, mas elas ocorrem.

Um dia, foi absurdo se falar em direito para os negros, pois se argumentava que os mesmos eram desprovidos de alma, não merecendo respaldo do ordenamento jurídico, podendo ser escravizados. Um dia, foi absurdo se falar em vida independente e direito a voto

para as mulheres, pois o mundo estava impregnado do pensamento machista. Porém, hoje, os negros são, merecidamente, detentores dos mesmos direitos inerentes a qualquer outro indivíduo e as mulheres têm uma vida independente, direitos iguais aos dos homens e capacidade eleitoral ativa e passiva.

Na época em que tais injustiças reinavam, quem acreditava que essa situação iria mudar? Pois então, as coisas mudam, mas é necessário militância!

Para que a situação dos animais mude, se faz necessário concebê-los como seres sensíveis ao sofrimento, não como coisas.

As leis que garantem a proteção dos animais existem e o Brasil é considerado um país que possui legislação avançada nesse sentido. Porém, para que esse aparato jurídico tenha eficácia, se faz necessário que cada cidadão denuncie quem comete maus-tratos, fazendo valer a sua cidadania, e que as autoridades se sensibilizem com a causa, fazendo valer a lei.

REFERÊNCIAS

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução Marly Winckler; revisão técnica Rita Paixão. São Paulo: Lugano Editora, 2004.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias: encarando o desafio dos direitos animais**. Tradução Regina Rheda; revisão técnica Sonia Felipe (UFSC) e Rita Paixão (UFF). Porto Alegre: Lugano, 2006.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela Penal do Meio Ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011.

NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. Campinas: Millennium, 2001.

PACHECO, Cristiano de Souza Lima. **A Constituição do Equador e o direito dos animais em um mundo em transformação**. Artigo disponível em: < <http://www.ija.org.br/uploaded/imprensa/1315493694.pdf> >. Acesso em out. 2011.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LEVAI, Laerte Fernando. **Direito dos Animais**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2004.

RODRIGUES, Danielle Tetü. **O Direito & os Animais: uma abordagem ética, filosófica e normativa**. Curitiba: Juruá, 2011.

CALHAU, Lélío Braga. **Meio ambiente e tutela penal nos maus-tratos contra animais**. Artigo disponível na internet em: < <http://www.datavenia.net/artigos/meioambiebtetutelapenalmaustratos.html>. Acesso em nov. 2011.

PRADO, Luiz Regis. **Direito Penal do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
GALVÃO, Fernando. Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica. Belo Horizonte: Procuradoria Geral de Justiça, 2002.

FILHO, Diomar Ackel. **Direito dos Animais**. São Paulo: Themis, 2001.
Recurso Extraordinário n. 153.531-8/ Santa Catarina. Disponível na internet em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=farra+boi&base=baseAcordaos> >. Acesso em nov.2011.

SOUZA, Mariângela Freitas de Almeida e, PINHO, Willian Ribeiro. **Laudo Técnico**. Artigo disponível na internet em: < <http://defensoresdosanimais.wordpress.com/juridico-2/juridico-pareceres-tecnicos/parecer-rodeios/> >. Acesso em nov. 2011.

YAMADA, Gabriela. **Morte de bezerro na festa de Barretos vai parar na Promotoria**. Artigo disponível na internet em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/963406-morte-de-bezerro-na-festa-de-barretos-vai-parar-na-promotoria.shtml> >. Acesso em out. 2011.

Parecer: utilização de animais em rodeio. Disponível na internet em: < http://conjectura.com.br/PDF/parecer_rodeios_SA.pdf >. Acesso em nov. 2011.

Imagens mostram maus-tratos a animais em circos. Matéria disponível na internet em: < <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL846583-15605,00.html> >. Acesso em nov. 2011.

Maus-tratos em circos. Matéria disponível na internet em: < <http://www.apasfa.org/peti/circos/circos.html> >. Acesso em nov. 2011.

CAPEZ, Fernando. **Maus-tratos contra animais: a importância da repressão jurídica**. Artigo disponível na internet em: < <http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7869 >. Acesso em nov. 2011.